

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

durante a primeira  
ma abordagem fact  
ainda. Em termos  
na história política,  
distintas entre si e c  
bustos de Damião

Política, História

No princípio toda a História era política. Os mais importantes historiadores trabalharam sobre esta variante, mas a modalidade passou por uma vida acidentada. Tendo ocupado um espaço central na forma de pensar o passado, sobretudo a partir do século XIX, a História Política Tradicional caiu posteriormente em desuso, sendo marginalizada, rejeitada mesmo e condenada pelos cânones emergentes como não científica, ainda que numa fase de afirmação os seus cultores tenham reclamado a cientificidade deste campo de estudos. No final da década de 1980 assistiu-se a um ressurgimento da História Política, sobretudo, sentido na historiografia da Europa continental. A História Política modernizou-se e transformou-se numa “Nova História Política” como consequência directa da alteração dos paradigmas historiográficos vigentes influenciados que foram pelo debate ideológico subsequente à queda do Muro de Berlim e posterior desmoronamento da União Soviética. O reforço do género ficou em primeiro lugar a dever-se ao ocaso do marxismo, enquanto filosofia de interpretação dos fenómenos históricos e ao reconhecimento das insuficiências e limitações das análises de tipo estrutural dele derivadas, bem ao gosto da até então dominante “Escola dos Annales” e dos seus seguidores. Estes tinham preferido chamar a atenção para o colectivo e para a acção das grandes massas sociais, deixando um reduzido espaço de manobra para a afirmação do indivíduo enquanto verdadeiro motor da história. Algumas excepções, como no caso de Lucien Febvre, que escreveu várias biografias históricas, entre elas a de Martinho Lutero, confirmam a regra. Em consequência deste renascimento da valorização do papel do homem, enquanto sujeito principal da acção, e como reacção contra a história serial, assistiu-se em Portugal e em outros contextos, a partir da década de 1990, “ao regresso do acontecimento” e à reabilitação da política pelos estudiosos do tempo, sobretudo sobre o período contemporâneo, à semelhança do ocorrido particularmente em França. Este era, afinal, mais um episódio do clássico conflito historiográfico entre a prevalência do grupo e a afirmação do individual, ou por outras palavras, entre o primado da estrutura e a supremacia da acção. Mais recentemente, a atomização dos estudos históricos vieram novamente relativizar a importância da História Política no contexto internacional, mas também em Portugal. Toda esta evolução nunca dispensou o debate sobre as várias perspectivas epistemológicas em discussão. Esta é a viagem que nos propomos percorrer nas próximas páginas.

Seguindo um roteiro possível já proposto, podemos destacar a História Política Tradicional como o lugar privilegiado da escrita da História, ou por outras palavras, a História Política era a História e a História



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

afigurava-se como a disciplina central dos estudos da sociedade. Deste tempo emergiram historiadores como Leopold von Ranke (1795-1886), Fustel de Coulanges (1830-1889) ou William Stubbs (1825-1901). O primeiro foi considerado um dos pais fundadores da “História Científica”. Atraído pelo encanto das fontes primárias, Ranke valorizava o papel da narrativa e do agente humano na História, ao contrário da Filosofia da História praticada por Friedrich Hegel (1770-1831). O segundo, ainda que politicamente se tivesse destacado enquanto conservador e adversário do sufrágio universal e da democratização dos regimes políticos, também advogava uma aproximação “moderna” à escrita da História. De acordo com a opinião do mesmo Fustel de Coulanges, a História dita “científica” dependia do distanciamento da experiência do presente, o que se compreendia porque o autor integrou uma geração ainda muito marcada pela memória do Terror da Revolução Francesa e da acção da Convenção durante a Primeira República. De acordo com a sua perspectiva, a História deveria voltar-se para a observação e encontrar um método, baseado na leitura e na acumulação de documentação. Esta visão marcava uma mudança substancial em relação às abordagens historiográficas oriundas do romantismo, na linha do proposto por Jules Michelet (1798-1874) e pretendia impedir que o passado fosse apropriado pelo presente. A História baseava-se num “regime de evidência”. Na mesma linha podemos considerar o empirismo defendido por William Stubbs.

Num tempo de maturação intelectual ainda anterior a este, na primeira metade do século XVIII, a História que se fazia em Portugal estava mais próxima da crónica antiga sem quaisquer outras grandes preocupações que não fossem as de fixar os feitos das grandes instituições ou das personalidades célebres, das congregações religiosas ou da Universidade de Coimbra, por exemplo, passando pelos acontecimentos notáveis dos vários reinados. Inserem-se neste contexto autores como Francisco Leitão Ferreira (1667-1735), membro ativo da Real Academia de História, Frei Manuel dos Santos (1672-1748) ou José Soares da Silva (1672-1739), também ele fundador da Real Academia de História. Outras figuras importantes desta época foram as de António Caetano de Sousa (1674-1759) que trabalhou sobre genealogias da Casa Real, ou a de Frei Manuel da Rocha (1676-1744), medievalista de algum mérito.

A geração seguinte abre com a figura de Pascoal de Melo Freire (1738-1798), apontado como um dos fundadores da História do Direito em Portugal, seguindo António Caetano do Amaral (1747-1819) este mesmo caminho ao estudar a História da legislação com incursões pela patrística medieval. Enquanto isso, João Pedro Ribeiro (1758-1839) veio a destacar-se por ser considerado o fundador da disciplina de Paleografia e Diplomática, de que foi professor, prestando um contributo assinalável para o desenvolvimento dos trabalhos históricos Oitocentistas subsequentes. A História da Diplomacia desenvolveu-se também a partir dos trabalhos fundadores do 2.º visconde de Santarém, D. Manuel Francisco Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856), cujas preferências políticas alinhadas com uma facção do miguelismo são também conhecidas. No campo da História do Direito e da Legislação há ainda a assinalar os trabalhos de Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850) e de destacar a importante figura de Simão José da Luz Soriano (1802-1891), que acabou por se tornar numa espécie de historiador oficioso do regime liberal nascente. Da sua vasta obra teremos sempre de relevar a *História do Cerco do Porto* (1846-1849), em dois volumes e, entre



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

outras, a exaustiva *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (1866-1890), em 17 extensos volumes, trabalho que acabou por funcionar como uma autêntica História de Portugal dada a amplitude do arco cronológico tratado, apesar do título do trabalho. Estes eram os tempos das grandes sùmulas da História nacional.

Não tardou a que o século XIX nos legasse historiadores que acompanharam este movimento a nível interno. Dois dos principais ideólogos do liberalismo político em Portugal ajudaram a fixar a imagem das lutas entre liberais e miguelistas, assim como do regime revolucionário emergente. Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877) contribuíram decisivamente para determinar uma interpretação sobre a acção dos vencedores da guerra civil e do regime a que estes deram origem. O primeiro foi celebrado essencialmente como dramaturgo e escritor maior do romantismo português, mas o seu papel enquanto político activo e, sobretudo, como comentador da Revolução Liberal, contribuiu em muito para a elaboração de um conjunto de representações sobre a História política do seu tempo. Mais do que um historiador da política, Garrett encarregou-se de nos transmitir uma visão pessoal dos acontecimentos em que participou directa e indirectamente e esse testemunho iria influenciar as gerações que se lhe seguiram, constituindo um bom ponto de observação de tais momentos decisivos. De Alexandre Herculano pode-se dizer aproximadamente o mesmo com a enorme diferença de que este foi um historiador que se inscreveu perfeitamente nos ares que marcaram a disciplina na sua época, tanto ao nível da sua concepção como no método crítico sendo responsável, entre muitas obras pioneiras, pela elaboração da primeira grande História de Portugal digna desse título. O historicismo romântico encontrava aqui o seu grande cultor nacional.

Num outro patamar, mas igualmente significativos seriam os contributos de Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), responsável também por uma *História de Portugal dos Séculos XVII e XVIII*, e primeiro professor de História do Curso Superior de Letras, assim como os de José Maria Latino Coelho (1825-1891) autor de uma relevante *História Política e Militar de Portugal desde os fins do Século XVIII até 1814*, que deixou incompleta. Enquanto isso, no campo da História do Direito este é o tempo marcado pelos trabalhos de Henrique da Gama Barros (1833-1925) sobre história administrativa. Numa linha que combinava erudição e divulgação, Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) também se viria a destacar pela sua polémica obra historiográfica – muito glosada, por exemplo, por Eça de Queirós – mas legando-nos uma *História de Portugal* em vários volumes, depois continuada por Barbosa Colen e Alfredo Gallis, onde a linha narrativa à maneira positivista se impunha ao leitor.

Com efeito, em ternos internacionais, ao aproximar-se o final do século XIX, podemos considerar que o debate historiográfico era dinamizado pela oposição entre duas correntes. De um lado tínhamos os positivistas, na linha de Auguste Comte (1798-1857). Do outro, apareciam os idealistas como Wilhelm Windelband (1848-1915) ou Heinrich Rickert (1863-1936). Se a primeira escola atribuía à pesquisa histórica os objectivos fundamentais de tentar descobrir factos novos e eliminar o erro através do exercício da crítica histórica, os idealistas, sobretudo alemães, apostavam numa clara distinção entre História e Ciência. Para estes, o historiador deveria basear-se na intuição enquanto instrumento e forma de abordagem do passado.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Por esta razão, o Historicismo, de raiz idealista, afirmou-se pela diferenciação que fazia do binómio Ciências Naturais / Ciências do Espírito, entroncando a História, claro está, nesta segunda categorização. As Ciências Naturais detinham o conhecimento objectivo e a sua explicação, enquanto as Ciências do Espírito se distinguiam pela subjectividade e relatividade do conhecimento da natureza. Sem um vencedor claro, a querela passou para o século XX.

No final, registou-se uma espécie de “acordo” entre as partes. Nos planos metodológico e teórico ambas as correntes partilhavam conceitos. O documento histórico era o documento escrito, sendo a crítica textual a única metodologia válida. O facto histórico era entendido como um fenómeno único, singular, atomizado – o chamado acontecimento. Já o tempo histórico era linear, contínuo e irreversível – a sucessão dos acontecimentos. Por fim, o sujeito histórico era entendido como o ser individual, voluntarista, personificado pela grande figura ou herói – o actor do acontecimento. Resumindo argumentos, a História era entendida como uma sucessão de acontecimentos importantes, protagonizados no tempo por figuras destacadas. De uma outra forma pode-se afirmar que a História era percebida, assim, como um mero acto de recitar os factos políticos, que se sucediam cronologicamente e encadeavam, por vezes sem nexo de causalidade entre eles. A História estava reduzida ao “événementiel” mais puro.

As regras da produção historiográfica daqui derivadas baseavam-se em dois produtos. A grande síntese nacional ou universal e o manual escolar. As primeiras eram centradas sobre as entidades nacionais – os Estados e os seus heróis – e ocupavam-se de traçar a genealogia dos gloriosos antepassados, de que os contemporâneos não seriam mais do que os legítimos herdeiros e continuadores. A História aproximava-se da Epopeia. Já os manuais escolares, embora obedecessem à mesma lógica, eram despovoados de aparato erudito, redigidos na base do culto da Pátria e das suas figuras proeminentes, valorizando o presente, de modo a serem entendidos por todos. Havia aqui uma clara reconhecimento entre o sentimento de pertença a uma comunidade – a nação – e a partilha de um passado comum, quase imaculado, onde os desvios, assim compreendidos à luz do entendimento que no presente se tinha dos tempos anteriores, eram subalternizados em função dos sucessos alcançados, que mereciam ser destacados uma vez que eram esses feitos que conferiam um substrato identitário à colectividade.

De acordo com este ponto de vista, a História cumpria uma função. Para além do exercício historiográfico, propriamente dito, a História legitimava politicamente o contemporâneo. Se não o fizesse não executava o seu papel. A História tinha, pois, este carácter utilitário. Se o Estado se afigurava como o lugar da mudança histórica e o homem, individual e voluntariamente, era o seu sujeito, então a História aparecia como a sucessão dos grandes acontecimentos protagonizados pelas grandes figuras. Em termos políticos, a História cumpria a tarefa de transmitir os valores culturais e políticos de um povo através do estudo do seu passado. Era como se houvesse uma ligação umbilical e indissolúvel entre gerações, entre os antepassados notáveis e os contemporâneos, seus orgulhosos continuadores.

O panorama historiográfico português acompanhou também este conjunto de transformações e constantes mudanças de pele do campo disciplinar. O principal arauto de uma abordagem positivista da História política



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em Portugal seria Teófilo Braga (1843-1924). Conhecido rosto do republicanismo e com uma vida pública particularmente empenhada, tendo vindo a ocupar importantes cargos no directório do Partido Republicano Português e já depois de 1910, enquanto líder do governo provisório, dos seus muitos trabalhos, podemos aqui destacar, entre outros trabalhos de monta, a sua *História das Ideias Republicanas em Portugal* redigida de acordo com esta abordagem. Na mesma linha, conseguimos posicionar José de Arriaga (1848-1921) que os deixou valiosos contributos sobre a Revolução de 1820, sobre o Setembrismo e as décadas finais da Monarquia Constitucional e ainda Basílio Teles (1856-1923) que dos seus muitos escritos, nos deixou *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro (Esboço de História Política)* redigida também num tom politicamente comprometido com o republicanismo.

Num campo político diferente situa-se Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). A sua historiografia perfila-se polemicamente contra o positivismo e o republicanismo. Partia de uma concepção sintética e apriorística da História. Pensador eclético e activista político, legou-nos, entre valiosos contributos, uma nova visão da *História de Portugal* em vários tomos, continuada por outra obra maior, o *Portugal Contemporâneo*, onde a história nos é apresentada em tom narrativo, sobretudo como uma “farsa” dela transparecendo uma visão altamente crítica sobre a evolução do reino e a elite governante do século XIX, no que também pode ser entendido como uma espécie de “ajuste de contas” entre o autor e a sua época, que nunca lhe retribuiu a importância que Oliveira Martins entendia possuir.

Todo este paradigma oscilando entre um positivismo e uma História Política Tradicional conheceria a sua crise existencial. As modificações introduzidas pela “modernidade” também afectaram a forma de pensar a História. O rápido desenvolvimento económico imposto às sociedades industrializadas e a consequente multiplicação da conflituosidade social acabaram por tomar o lugar anteriormente ocupado pelo Estado enquanto agente principal da mudança histórica. Em simultâneo, o advento das sociedades de massas veio mitigar a importância do indivíduo enquanto sujeito único da História. O progresso das Ciências em geral e das Ciências Sociais especificamente acabou por agravar os efeitos desta crise.

O método comparativo da Sociologia, por exemplo, conduziu às primeiras tentativas de integração do facto particular num contexto mais global. Este caminho vem a desembocar na “síntese histórica” de que os principais impulsionadores seriam nomes como Henri Pirenne (1862-1935) e Henri Berr (1863-1954), passando a questionar as filosofias idealistas da História. Berr propôs mesmo a integração do particular na totalidade, ou seja, sugeria a relação dos factos entre si numa perspectiva globalizante, cujo objectivo seria o da procura da síntese. Desta forma, a síntese surgia como hipótese científica que permitiria passar do descritivo ao explicativo, da cronologia à problematização.

Esta abordagem criou discípulos. Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) seguiram o mestre Berr. A sua principal iniciativa residiu na celebrada fundação da “Escola dos Annales”, que veio proceder a uma ampla renovação da historiografia através da superação do “événementiel” e do permanente contacto com as Ciências Sociais. Esta evolução veio a afectar principalmente a História Política. Se por um lado, a História Económica, Social ou Demográfica beneficiaram com os progressos metodológicos da Economia,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Sociologia ou Demografia, a História Política não se renovou da mesma forma pela ausência da constituição de uma Ciência Política. A História Política não acompanhou, assim, a renovação historiográfica proposta pelos *Annales* e entrou numa depressão de que levaria décadas até se recompor.

Todavia, o ataque à “História Política Tradicional” tinha antecedentes. A sua contestação teve origem em primeiro lugar no universo da corrente marxista. Para Karl Marx (1818-1883) os homens são os protagonistas da História, mas fazem-no segundo determinadas condições materiais da sua produção. Assim, é pela contradição entre “forças produtivas” e “relações de produção” que se criam situações revolucionárias, ou seja, que ocorre a mudança histórica. De acordo com tal perspectiva, não é a representação que determina a realidade, mas o seu contrário. Dito ainda de outra forma, não são as ideias políticas que determinam as realidades económicas, mas o oposto. Os sucessos e os insucessos das Revoluções de 1848 na Europa, o triunfo final das forças conservadoras e a evolução das sociedades capitalistas conduziram Marx a repensar o papel do indivíduo na História. Este autor veio relegar para segundo plano o voluntarismo individual em favor das massas, ou aquilo que ele chamava “as classes sociais”, como sujeito principal da História. Ainda para Marx, a História não seria mais do que a História da luta de classes. Por outro lado, o conceito de “modo de produção” veio permitir pensar a estrutura, o funcionamento e a dinâmica duma totalidade social. Este conceito seria aproveitado mesmo por não-marxistas, como Fernand Braudel (1902-1985), que considerou Marx como o primeiro pensador a fabricar modelos sociais a partir da longa duração histórica. Afinal, o “modo de produção” marxista pensava não o facto isolado, mas a totalidade social animada por um determinismo económico, como que alargando o lugar da História do político ao todo social, ao mesmo tempo que deslocava a dinâmica da mudança histórica do político para o económico. O desenvolvimento da historiográfica de inspiração marxista foi fundamental em França e explorado por figuras como Jean Jaurés (1859-1914), Albert Mathiez (1874-1932), Georges Lefebvre (1874-1959) ou Ernest Labrousse (1895-1988), mas seria ignorado curiosamente na Alemanha (apesar da sua reelaboração efectuada pela chamada “Escola de Frankfurt”) e no mundo anglo-saxónico.

Alguma produção teórica inovadora seria tentada em outras geografias como em Itália com Antonio Gramsci (1891-1937) ou mesmo em Inglaterra, através da “New Left”, cujos principais nomes depois da II Guerra Mundial foram Eric Hobsbawm (1917-2012) e E. P. Thompson (1924-1993). Ao mesmo tempo, em França despontava outra geração de historiadores de inspiração marxista onde pontificaram nomes como os de George Duby (1919-1996), Pierre Vilar (1906-2003) ou Michelle Vovelle (1933-2018). Sob a influência dos *Annales*, a História Social também se desenvolveu e ganhou destaque na Grã-Bretanha, sobretudo a partir do lançamento da revista *Past & Present* (1952), e das abordagens de historiadores como Christopher Hill (1912-2003), Lawrence Stone (1919-1999) ou Peter Laslett (1915-2001).

Em resultado de todas estas inflexões assistiu-se a um deslocamento do centro do estudo da História, que se transferiu do acontecimento político isolado para as estruturas económicas, para as classes sociais, para os fenómenos ideológicos e para o papel colectivo das massas, enquanto agentes transformadores da realidade. O político, porque desvalorizado, viu-se reduzido a um epifenómeno.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A “Escola dos Annales”, enquanto herdeira directa da “Escola de Síntese”, moveu uma crítica directa à História Política Tradicional. Pode-se dizer que os “Annales” nasceram em oposição à História Política. Para além de Pirenne e Berr, já citados, outros pensadores viriam a influenciar o lançamento dos “Annales”. Ainda em 1903, François Simiand (1873-1935) veio criticar os três ídolos dos historiadores positivistas: o político, o individual e o cronológico, sugerindo o alinhamento da História com as Ciências Sociais.

A primeira geração dos “Annales” é lançada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, como referido, seguindo este pressuposto, no que constituiu a primeira grande alteração sistemática de paradigma na historiografia do século XX. Estava em causa uma renovação profunda do discurso historiográfico, mas mais importante, anunciava-se uma reflexão sobre a função social da ciência histórica. Ao ídolo político, os “Annales” contrapunham uma História Económica e Social, ao individual contrapunham uma História Total, e ao cronológico contrapunham a pluralidade dos tempos históricos, conceito depois desenvolvido por Fernand Braudel e de que em Portugal tivemos uma aproximação clara com Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), também ele um seguidor desta nova geração dos “Annales”, com os seus “Complexos Histórico-Geográficos”.

Com base no antagonismo face à História Política, a disciplina histórica renovou-se. Toda a História passa a ser História Social. A História transformou-se numa espécie de “super ciência” do social. Simultaneamente, foi proposta uma nova noção de “documento”. O seu carácter escrito e narrativo perdeu exclusividade. Em seu lugar ganhou destaque uma abordagem assente na pluralidade. Para além dos testemunhos escritos, os documentos ganham amplitude conceptual. Os registos orais, visuais, materiais, estatísticos, iconográficos e cartográficos passam a ser admitidos ao mesmo tempo que o facto histórico passou a ser considerado uma construção do historiador, adquirindo sentido na sua relação com o global. No limite, toda reflexão sobre o passado era uma construção social.

Outra implicação importante desta alteração de paradigma reside no facto do de o alargamento da noção de facto histórico implicar uma mudança na noção de tempo histórico. Se pode ser considerado histórico o facto político singular, que se sucede a um ritmo vertiginoso, o mesmo pode acontecer com o demográfico, o económico ou o cultural, que se repete durante décadas ou séculos. A conclusão é a de que a História não pode ser apenas mudança, mas também permanência. Braudel aperfeiçoou a ideia. A primeira duração é de tempo curto (é o tempo do indivíduo, do acontecimento), depois surge o tempo médio (o das conjunturas, das oscilações cíclicas da História económica e social) e por fim o tempo longo (da longa duração, das estruturas, das mentalidades, da amplitude secular).

Os *Annales* vieram reclamar para a História um novo estatuto epistemológico – o de ciência. Como referimos anteriormente, assiste-se à passagem da “História Narrativa” à “História Problema”, ou seja, a História deixa de contar os factos tal e qual eles se passaram, para passar a formular hipóteses a comprovar pela investigação em busca de uma explicação e de um conhecimento objectivo tal como no paradigma científico. A História passa a assumir um carácter explicativo, responde às questões que são colocadas pelo historiador. Para tal, o ponto de início da História não é o facto, não é o acontecimento, mas sim o inquérito historiográfico, a famosa “pergunta de partida”, para a qual se procuram seguidamente respostas, sentido que



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

aliás está presente no termo História já na antiga Grécia.

Enquanto a História Tradicional obedecia à lógica do recitativo que privilegiava o facto político, a História dos “Annales” tende para a lógica hipotético-dedutiva. Deixa de se procurar leis. Passa-se a tentar encontrar regularidades e permanências. O território anteriormente dominado por reis, heróis, nações, teatros de guerra e poder passou a ser povoado pela economia, pela sociologia e pela demografia produzindo um discurso historiográfico diferente.

Como ficou implícito, os “Annales” passaram por várias gerações. A primeira, como vimos, a de Bloch e Febvre, empenhou-se na produção de uma História Económica, Social e das Civilizações em busca de uma História Total. A seguinte, a de Braudel, veio acrescentar a introdução da Geo-História e da História Demográfica. Uma terceira geração, a da Nova História, já não totalizante, mas antes interessada em abrir fronteiras até então desconhecidas ou menos consideradas, as da História das Mentalidades, da Antropologia e Sociologia Históricas e da História Psicológica. Refira-se que em Portugal, sob a inspiração de Vitorino Magalhães Godinho, desenvolveram-se os estudos de Sociologia Histórica, mais próximos do campo político tomando como temas de estudo as eleições, o fenómeno do caciquismo, a organização dos parlamentos, a constituição e evolução dos partidos políticos e os mecanismos de reprodução das elites políticas.

O balanço a fazer também teve consequências no domínio da História Política. A variante ganhou uma nova função, pois o historiador deixou de fornecer argumentos à nação ou ao poder, deixou de alimentar a sua necessidade de legitimação retrospectiva para, em alternativa, passar a fornecer os meios para melhor compreender e gerir a realidade social. O conhecimento científico dos mecanismos sociais devia permitir elaborar soluções técnicas e não justificar escolhas políticas. O político, entendido desta forma, não permitiria penetrar no cerne da realidade histórica, até porque o discurso ideológico tornava a História Política incompatível com qualquer estatuto científico.

No caso português, muito do que se produziu durante a primeira metade do século XX foi História Política e Militar. Optava-se por uma abordagem factual, descritiva e muito colada ao documento. O historicismo imperava ainda. Em termos de balanço, de meados de Oitocentos até cerca de 1960 predominou uma história política, militar e institucional. Com aproximações temáticas e cronológicas distintas entre si e com uma valia literária também díspar podemos contar os contributos de Damião Peres (1889-1976), coordenador da famosa *História de Portugal* dita de Barcelos, Paulo Merêa (1889-1977), importante nome da História do Direito ou João Ameal (1902-1982), politicamente engajado com o salazarismo. Mais conhecido como historiador da cultura, Joaquim de Carvalho (1892-1958) também se notabilizou pela sua colaboração na *História de Portugal* de Damião Peres (1928-35) e na *História do Regimen Republicano em Portugal* (1930-1932) (dir. de Luís de Montalvor), onde a perspectiva política mantinha uma presença assinalável.

A História Política Tradicional continuou sob cerco fora das pressões dos “Annales. A corrente estruturalista também de origem francesa veio aprofundar a sua crise. O compromisso entre Estruturalismo e História teve origem no início da década de 1970. O nascimento da História Estrutural assentou em várias correntes: uma de inspiração no sempre citado Fernand Braudel, que procurou estudar a evolução da





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sociedade humana no tempo longo; outra de inspiração em Michel Foucault (1926-1984), que procurou conceptualizar as estruturas e os processos de ruptura dando origem à noção de descontinuidade; outra ainda de inspiração estruturalista pura, mais orientada para a análise de *corpus* fechados (mitos, rituais, textos) a partir da elaboração de modelos abstractos de autores como Claude Lévi-Strauss (1908-2009) ou Jacques Lacan (1901-1981). Esta corrente veio afirmar que a História linear e contínua não fazia sentido porque a mesma procede por saltos e mutações, ao mesmo tempo que denunciou o estatuto privilegiado da História no pensamento Ocidental. Uma quarta corrente baseava-se na Antropologia Histórica, procurando dominar o campo que vai da cultura material aos sistemas simbólicos, tendo em Emmanuel Le Roy Ladurie (1929) o seu principal cultor.

O resultado dos métodos estruturalistas – linguísticos, semióticos ou psicanalíticos – orientaram a História Estrutural para campos como a cultura, as mentalidades, a antropologia histórica ou a história psicanalítica, ou seja, para domínios muito distantes do político. De acordo com este paradigma, só o estrutural seria científico, pelo que a estrutura encontrava-se nos antípodas do “acontecimento”. O político estava no polo oposto da Ciência. Para a visão estruturalista da História, o político, o facto singular, individual e, no plano dos estudos literários, o biográfico, eram desnecessários.

O cerco à História Política não se ficou por aqui. A História Serial, a História Quantitativa e a *New Economic History* prolongaram os ataques. A crise de 1929 já tinha vindo chamar a atenção para o fenómeno económico e ao lado de novas teorias – como o Keynesianismo – surgiram novas formas de abordar a História Económica. Ernest Labrousse (1895-1988) associou-se aos “Annales”, mas os seus estudos dirigiam-se para a análise de séries estatísticas, para aquilo a que Pierre Chaunu (1923-2009), mais tarde vem a designar por História Serial. Com base nos Estados Unidos da América, e em autores como Simon Kuznets (1901-1985), uma nova corrente apostou na autonomização total em relação à História. Esta variante destacava-se pelo uso de métodos estatísticos avançados, entroncando na chamada História Quantitativa. Já na década de 1950, surgia ainda nos EUA a “New Economic History”, que se pode definir de forma simples como a ciência que tem por seu objetivo o estudo dos factos económicos passados através do uso de modelos testados segundo os critérios rigorosos da econometria.

A *New Economic History* apostava na quantificação absoluta e no uso de um condicional não real – o «contra-factual». Esta corrente, pelo método usado, veio a exercer um grande fascínio sobre os historiadores com consequências para a História Política, que nunca poderia atingir tal carácter científico porque baseada no único, no singular e no irrepitível. Para além disso, a *New Economic History* deu dois Prémios Nobel da Economia (a Douglas North e Robert Fogel, em 1993) por terem renovado a pesquisa em História Económica, aplicando a teoria económica e os métodos quantitativos para explicar as mudanças económicas e institucionais. Os trabalhos do mesmo Fogel revelaram algo de surpreendente: nos seus estudos sobre a escravatura nos EUA chegou à conclusão de que a rentabilidade do uso de mão de obra escrava era um facto que podia ser historicamente comprovado, pelo que não teriam sido motivos de ordem económica a ditar a sua abolição. Se a escravatura no Sul era uma actividade altamente lucrativa, como ficou demonstrado, como



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

se explica que tenha sido travada uma violenta e mortífera guerra civil para acabar com tal instituição? Dito de outra forma, estes autores vieram chamar a atenção para os limites do Económico ao mesmo tempo que alertaram para a importância do factor de decisão.

A súpula das críticas à História Política Tradicional não era pequena e continuava a acumular-se. Muito dificilmente poderia resistir ao fogo cruzado do Marxismo, dos *Annales*, do Estruturalismo e da *New Economic History*. Afinal, era psicológica e ignorava os condicionamentos sociais, centrava-se sobre o tempo curto e ignorava a média e a longa duração, era qualitativa e ignorava o quantitativo, era descritiva e narrativa e ignorava a análise e a explicação, e como último “pecado” era ideológica e não científica. Todavia, a História Política sobreviveu. Resistiu na tradição historiográfica anglo-saxónica em figuras maiores como A.J.P. Taylor (1906-1990) ou Richard Cobb (1917-1996), ilustres representantes da historiografia de Oxford, de onde o primeiro seria expulso pelas suas polémicas interpretações acerca das origens da II Guerra Mundial e onde o segundo se afirmou como cultor de uma “history from below”. Nesta linha podemos também incluir o hispanista Raymond Carr (1919-2015). Todos escreviam uma história mais psicológica e mais propensa a ignorar os condicionamentos sociais, centrada sobre o tempo curto, não valorizando tanto a média e a longa duração. Tratava-se de uma História qualitativa que desconsiderava o quantitativo, uma História descritiva e narrativa que ignorava a análise e a explicação. No fundo, uma História ideológica e não científica.

A História Política contra-atacou. Uma Nova História Política emergiu na década de 1970 potenciada pela conjugação de razões históricas, teóricas e historiográficas. A nível histórico com a entrada na era do “pós-industrial”, que veio colocar a questão do retorno ao acontecimento. A lógica da acumulação – um conceito económico – dominante nas sociedades em processo de industrialização dava lugar às sociedades pós-industriais, onde o controlo, a informática e as políticas especializadas em todos os sectores de actividade resultaram numa metamorfose da política; a nível teórico foi ultrapassada a dicotomia entre uma ideologia tecnocrática para a qual a política é uma ilusão (visão que subalterniza a política) e um formalismo jurídico para o qual tudo é política (visão que centrando o primado absoluto da política, a atrofia); por fim, a nível historiográfico assistiu-se à construção de um novo paradigma que veio favorecer a emergência de novos domínios. Como resultado, passou-se da História Total à fragmentação do campo historiográfico.

Alguns autores fundadores desta Nova História Política foram Wolfgang Mommsen (1930-2004), Bladine Barret-Kriegle (1943-), Jacques Julliard (1933-) e Williem Pieter Blockmans (1945-). O historiador alemão iniciou uma reflexão sobre o retorno da História Política. Para Mommsen a tarefa da História Política era a de contribuir como uma resolução racional das questões políticas e sociais. Já Barret Kriegel trabalhou sobre o conceito de “acontecimento”, posteriormente. A História Política deixava de ser o campo do porquê para ser o do como. A História era uma ciência dos efeitos e já não das causas. Julliard, pelo seu lado, destacou a autonomia do político (como facto social) no contexto do nascimento da Sociologia Política. Abriu a porta a autores como Seymour Martin Lipset (1922-2006), Raymond Aron (1905-1983), Pierre Bourdieu (1930-2002) ou Nicos Poulantzas (1936-1979). Os trabalhos de todos eles foram produzidos numa clara aproximação entre História, Sociologia e Política materializando a emergência de um campo que se começou a definir, o



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da Ciência Política. Refira-se, por exemplo, o trabalho de Juan Linz (1926–2013), que aprofundou a distinção entre autoritarismo e totalitarismo já presente na obra de Hannah Arendt (1906-1975). Com esta inflexão, a História Política alargou a sua esfera de análise do estudo institucional do Estado, ao estudo social do Poder, do facto político, dos sistemas políticos, das estruturas institucionais, do funcionamento dos regimes, dos agentes políticos, da acção das elites e da participação das massas, das reformas e revoluções. Blockmans aproximou mesmo a Nova História Política da Nova História Económica através da inclusão de métodos quantitativos.

As grandes linhas de investigação da Nova História Política passavam agora pelo estudo da história da sociologia eleitoral, dos partidos políticos e das famílias de partidos, análise das relações entre o Político e o Social (sindicatos, empresários, militares e elites políticas), pela análise da relação entre o Político e os fenómenos de psicologia colectiva e de mentalidades (sociabilidades políticas, simbologia e opinião pública). Outras áreas em renovação passam pela História Diplomática, pela Nova História das Relações Internacionais ou por uma Nova História do Direito, de que António Manuel Hespanha (1945-2019) foi um dos grandes cultores em Portugal, ultrapassando visões mais institucionalistas de pensadores como Marcello Caetano (1906-1980). O mesmo se observa com a emergência de uma nova História Militar ou no campo da História das Ideias, no cruzamento entre a História Cultural e a História Política. Neste último terreno José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) seria um dos pioneiros, deixando uma escola entre Coimbra e Lisboa.

O último quartel do século XX seria marcado pela influência de historiadores como Joel Serrão (1919-2008), Jorge Borges de Macedo (1921-1996), Albert Silbert (1915-1996), Vítor de Sá (1921-2003), A. H. de Oliveira Marques (1933-2007), Miriam Halpern Pereira (1937-), ou César de Oliveira (1941-1997) que de pontos de vista diversos se destacaram pela abrangência das suas propostas metodológicas, cronológicas e temáticas, mas onde a análise do fenómeno político esteve sempre presente de uma forma mais próxima ou mais distante preparando o caminho, até pela antinomia, para a geração seguinte que viria a ser afectado por um outro contexto a nível internacional.

A partir de finais da década de 1980, sobretudo, após a queda do Muro de Berlim, embora as suas origens sejam ligeiramente anteriores, assistiu-se a um movimento de refluxo nesta evolução com a emergência da apologia ao regresso de uma Velha História Política como contraponto crítico à Nova História Política acima mencionada. A principal impulsionadora deste retorno “conservador” foi a historiadora norte-americana Gertrud Himmelfarb (1922-2019) com o seu *The New History and the Old. Critical Essays and Reappraisals* (Harvard University Press, 1987), onde veio defender a ideia de que só existe uma forma de fazer História: a narrativa dos acontecimentos políticos tal e qual eles aparecem descritos e traduzidos pelos documentos. Para Himmelfarb só o político é História e toda a História só pode ter por objecto de estudo o político. A Nova História, pelo contrário, tinha uma aversão natural ao domínio do político, embora os seus autores falassem basicamente a mesma linguagem. Pierre Nora (1931-) falava no “regresso do acontecimento”, Lawrence Stone em narrativas e Jacques Julliard em história política, mas esta Nova História Política por se apresentar demasiado próxima da Sociologia e por ser demasiado quantitativa tinha alguma repulsa pelo político. A opção



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

era o retorno à narrativa, à descrição da sucessão dos acontecimentos encontrando-lhes umnexo causal que os unificasse. A História, assim pensada e escrita, não sendo ficção, esbatia a sua especificidade em relação à ficção. Para tanto contribuiu a tipologia de diferentes discursos historiográficos como retórica a que procedeu Hayden White (1928-2018) na sua obra *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-century Europe* (1973). Tinha chegado a vez de se anunciar o fim da História enquanto Ciência do Social. Mas esta corrente, que encontra os seus cultores também entre nós especialmente em autores como Vasco Pulido Valente (1941-2020), recusa a sua identificação como neo-positivista, porque mais do que ser meramente recolectora de eventos e procurar respostas para o questionário do historiador, que tem forçosamente de ser formulado no presente, propõe em alternativa expor os factos tal como eles estão registados nos documentos de forma encadeada e com uma pertinência significativa, aproximando-se da moral, da ética e dos valores da época. A nova narrativa deve ter por objecto a sucessão dos acontecimentos e já não apenas o acontecimento isolado. Com a narrativa regressa o arbitrário e o subjectivo, temperados pela heurística e hermenêutica, ou seja, por um método e por um conjunto indispensável de regras. Afinal, a História, enquanto humanidade, na sua origem e durante séculos, embora parente próxima na sua exigência de prova, e sobretudo a partir dos finais do século XVIII, autonomiza-se e diverge claramente da literatura, da oratória, da teologia, acentuando-se essa divergência a partir de finais do século XIX enquanto ciência social.

Um balanço mais actual é susceptível de ser alvo de uma avaliação diversificada. Por um lado, assistiu-se nos últimos anos a uma atomização temática e epistemológica extrema do campo da História do período pós-moderno, ou “pós-histórico”, onde não se deteta qualquer unidade ao nível dos tópicos escolhidos para investigação, levando a que se faça História sobre tudo e sobre todos sem uma preocupação de percepção da relevância do que contribui – ou não – para o progresso do conhecimento sobre as sociedades passadas. Por outro, cabendo ao historiador a tarefa da descrição de múltiplas formas de pulverização da realidade, assiste-se paralelamente a uma verdadeira democratização dos assuntos seleccionados como temas de pesquisa e publicação.

O aparecimento de novos temas obrigam a História Política a metamorfosear-se e a procurar estender a sua perspectiva de análise a campos onde até à pouco tempo eram quase impenetráveis de que podemos apontar como exemplos a História Local e Regional, da Imprensa, do Género, da Educação, da Arte, da Igreja ou das Instituições. A História Política terá o seu futuro reservado enquanto forma de pensar a acção humana no tempo e no espaço.

**Bibliografia:** BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “O Abençoado Retorno da Velha História”, in *Análise Social*, n.º 122, Lisboa, ICS, 1993, pp. 623-630; Id., “A Apologia da História Política”, in *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 22-129; Id., “A narrativa na época «pós-histórica»”, *Análise Social*, n.º 150, 1999, pp. 11-28; FURET, François, *Penser la Révolution française*, Paris, Éditions Gallimard, 1978; GODINHO, Vitorino Magalhães *Ensaio III*, Lisboa, Sá da Costa, 1971; HESPANHA, António Manuel, “A Emergência da História”, in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 5,

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Lisboa, Edições Cosmos, 1991, pp. 9-25; HIMMELFARB, Gertrud *The New History and the Old. Critical Essays and Reappraisals*, Harvard University Press, 1987; MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), *Antologia da Historiografia Portuguesa. Vol. I – Das Origens a Herculano e Vol. II – De Herculano aos Nossos Dias*, 2.ªed., Publicações Europa-América, 1975; MARTINS, Fernando, “Historiografia, biografia e ética”, *Análise Social*, n.º 171, 2004, pp. 391-408; MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1997; NORA, Pierre, in Jacques Le Goff et Pierre Nora (éds.), *Faire de l’histoire*, tomo I, *Nouveaux Problèmes*, Paris, Galimard, 1974 ; RAMOS, Rui, “A Causa da História do Ponto de Vista Político”, in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 5, Lisboa, 1991, pp. 27-47; REMOND, René (dir.), *Pour une histoire politique*, Paris, Le Seuil, 1988; TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A História Política na Historiografia Contemporânea”, in *Ler História*, n.º 13, Lisboa, 1988, pp. 77-102; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando (org.), *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Paulo Jorge Fernandes